

Parte I - Fábricas de interiores: montagens e desmontes

História da organização dos psicólogos e a concepção do fenômeno psicológico

Ana Mercês Bahia Bock

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BOCK, AMB. História da organização dos psicólogos e a concepção do fenômeno psicológico. In JACÓ-VILELA, AM., CEREMZO, AC., and RODRIGUES, HBC., orgs. *Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 13-24. ISBN: 978-85-7982-061-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DOS PSICÓLOGOS E A CONCEPÇÃO DO FENÔMENO PSICOLÓGICO

Ana Mercês Bahia Bock *

Convidada a participar deste evento para abordar a história das entidades sindicais dos psicólogos no Brasil, optei por trazer para a reflexão um tema que emergiu de meu trabalho de doutorado, o qual me parece uma boa e interessante maneira de falarmos da organização dos psicólogos. Proponho, assim, relacionar a história da organização dos psicólogos com a concepção do fenômeno psicológico, utilizando, como material de análise, publicações das entidades sindicais e profissionais da categoria.

O trabalho de doutorado —que ora cito como referência— pesquisou o significado do fenômeno psicológico na categoria dos psicólogos, na cidade de São Paulo, e foi realizado entre 1993 e 1997. Encontra-se já publicado com o título *Aventuras do Barão de Munchausen na Psicologia*, pela EDUC/Ed. Cortez.

Para a compreensão do significado expresso nos questionários respondidos por psicólogos, saí em busca da história da profissão relatada nos órgãos de comunicação dos Conselhos Regional e Federal e Sindicato e Federação dos Psicólogos. Além da história, estava interessada na expressão do significado do fenômeno naqueles veículos. Procurarei trazer aqui os elementos principais desta investigação.

A noção de fenômeno psicológico sofre uma transformação interessante no decorrer dos anos, especialmente entre 1980 e 1995. Essa transformação acompanha mudanças nos modos de inserção da categoria na sociedade. Os psicólogos, conquistando novas formas organizativas —grupos progressistas passam a ocupar a direção das entidades—, vão aumentando sua

* Professora do Departamento de Psicologia da PUC/SP.

participação nos movimentos sociais. Aos poucos, ocorre também uma verdadeira transformação nas concepções de fenômeno psicológico.

É preciso, porém, fazer um adendo a tal afirmação: a pesquisa por mim empreendida indicou que a concepção de fenômeno psicológico muda surpreendentemente quando analisamos as publicações das entidades, mas conserva muito de seu aspecto tradicional quando operamos, junto aos psicólogos, com os questionários.

Aqui não pretendo apresentar os dados dos questionários: seria por demais extensivo. Proponho que nos concentremos na relação entre a história das entidades e as concepções de fenômeno psicológico expressas pelos órgãos de publicação da categoria.

Após o reconhecimento da profissão em 1962 e sua regulamentação em 1964, os psicólogos passaram legalmente a constituir uma categoria profissional. Em 1971 são criados os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, autarquias públicas ligadas ao Ministério do Trabalho, com as atribuições de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão. Em 1969 já havia sido criada a Associação Profissional dos Psicólogos de São Paulo, voltada à organização e defesa dos interesses da categoria. Em 1973, os psicólogos obtiveram a Carta Sindical do Ministério do Trabalho e a Associação se transforma em Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, o primeiro no Brasil, tendo sido empossada sua primeira diretoria em 1974.

Nos documentos da Lei 4.119, que regulamenta a profissão, e no Catálogo Brasileiro de Ocupações, vamos encontrar a Psicologia e a profissão limitadas a aspectos intervencionistas orientados para o ajustamento e a adaptação do indivíduo. Fala-se, então, de desenvolvimento e de condições para sua facilitação, como se o desenvolvimento tivesse percurso determinado. Fala-se de aptidões, características de personalidade, comportamentos e mecanismos mentais; a interação do indivíduo com o ambiente interno e externo aparece como eixo do trabalho psicológico, podendo mesmo afirmar-se que está aí o objeto da Psicologia. Os comportamentos e aptidões surgem como elementos que possibilitam o

acesso ao objeto e, ao mesmo tempo, lugar onde a consequência da intervenção deverá ser percebida.

A interação da pessoa com o ambiente externo e interno aparece nesses documentos ao lado de expressões como estrutura e funcionamento do comportamento, mecanismos mentais, configuração mental, personalidade, características mentais —todas servindo para definir o fenômeno psicológico.

A finalidade do trabalho é ajustamento, adaptação, autorrealização, desenvolvimento, convivência e desempenho, sempre supondo um estado de normalidade, de adaptação, nunca definido. O trabalho do psicólogo está muito relacionado a esses objetivos, seja ele em escolas, empresas ou clínicas.

Para maior clareza, reproduzo o texto da lei 4.119 e alguns trechos tanto do documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) quanto do Catálogo Brasileiro de Ocupações.

A lei que regulamentou a profissão de psicólogo no Brasil (Lei 4.119/62), desde 1962, diz em seu texto:

Artigo 13 — Ao portador do diploma de psicólogo é conferido o direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e a exercer a profissão de psicólogo.

1º — Constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico
- b) orientação e seleção profissional
- c) orientação psicopedagógica
- d) solução de problemas de ajustamento.

O Conselho Federal de Psicologia já havia adotado a definição de psicólogo da OIT (resolução nº 04/74), a saber:

Psicólogo: estuda o comportamento e mecanismo mental dos seres humanos, realiza pesquisas sobre os problemas psicológicos que se colocam no terreno da medicina, da educação e da indústria e recomenda o tratamento adequado;

- a) projeta e realiza experimentos e estudos em seres humanos para determinar suas características mentais e físicas;

- b) analisa a influência de fatores hereditários, ambientais e outros mais na configuração mental e comportamentos dos indivíduos;
 - c) faz diagnósticos, tratamentos e prevenção de transtornos emocionais e da personalidade, assim como dos problemas de inadaptação ao meio social e de trabalho;
 - d) cria e aplica testes psicológicos para determinar a inteligência, faculdade, aptidões, atitudes e outras características pessoais, interpreta os dados obtidos e faz as recomendações pertinentes.
- Pode especializar-se numa das aplicações particulares da Psicologia, como o diagnóstico e tratamento de doentes mentais, dos problemas psicológicos que se manifestam nas crianças durante o período de sua educação e desenvolvimento social, dos problemas psicológicos de caráter profissional, como os referentes à seleção, formação e orientação dos trabalhadores (GENEBRA, 1968).

No Catálogo Brasileiro de Ocupações, o psicólogo aparece como:

trabalhador que estuda a estrutura psíquica e os mecanismos de comportamento dos seres humanos; desempenham tarefas relacionadas a problemas de pessoal, como processos de recrutamento, seleção, orientação profissional e outros similares, à problemática educacional e a estudos clínicos individuais e coletivos. Suas funções consistem em: elaborar e aplicar métodos e técnicas de pesquisa das características psicológicas dos indivíduos; organizar e aplicar métodos e técnicas de recrutamento, seleção e orientação profissional; proceder à aferição desses processos para controle de sua validade; realizar estudos e aplicações práticas no campo da educação (creches e escolas); realizar trabalhos em clínicas psicológicas, hospitalares, ambulatoriais, postos de saúde, núcleos e centros de atenção psicossocial; realizar trabalhos nos casos de famílias, crianças e adolescentes, sistemas penitenciários, associações esportivas, comunitárias e núcleos rurais.

0-74.10 Psicólogo, em geral

Procede ao estudo e à análise dos processos intra e interpessoais e nos mecanismos do comportamento humano, elaborando e ampliando técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras, técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento no campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; procede à formulação de hipóteses e à sua

comprovação experimental, observando a realidade e efetivando experiências de laboratórios e de outra natureza, para obter elementos relevantes ao estudo dos processos de desenvolvimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano e animal; analisa a influência dos fatores hereditários, ambientais e psicossociais e de outras espécies que atuam sobre o indivíduo, entrevistando o paciente, consultando a sua ficha de atendimento, aplicando testes, elaborando psicodiagnóstico e outros métodos de verificação, para orientar-se no diagnóstico e tratamento psicológico de certos distúrbios comportamentais e de personalidade; promove a saúde na prevenção, no tratamento e reabilitação de distúrbios psíquicos, estudando características individuais e aplicando técnicas adequadas, para restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano; elabora e aplica técnicas de exame psicológico, utilizando seu conhecimento e prática metodológica específicos, para determinar os traços e as condições de desenvolvimento da personalidade, dos processos intrapsíquicos e interpessoais, nível de inteligência, habilidades, aptidões, e possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomendar a terapia adequada; participa na elaboração de análises ocupacionais, observando as condições de trabalho e as funções e tarefas típicas de cada ocupação, para identificar as aptidões, conhecimento de traços de personalidade compatíveis com as exigências da ocupação e estabelecer um processo de seleção e orientação no campo profissional; efetua o recrutamento, seleção, treinamento, acompanhamento e avaliação de desempenho de pessoal e a orientação profissional, promovendo entrevistas, elaborando e aplicando testes, provas e outras verificações, a fim de fornecer dados a serem utilizados nos serviços de emprego, administração de pessoal e orientação individual; atua no campo educacional, estudando a importância da motivação do ensino, novos métodos de ensino e treinamento, a fim de contribuir para o estabelecimento de currículos escolares e técnicas de ensino adequados e determinação de características especiais necessárias ao professor; reúne informações a respeito do paciente, transcrevendo os dados psicopatológicos obtidos em testes e exames, para elaborar subsídios indispensáveis ao diagnóstico e tratamento das respectivas enfermidades; diagnostica a existência de possíveis problemas na área de distúrbios psíquicos, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades momentâneas.

Pode atuar na área de propaganda, visando a detectar motivações e descobrir a melhor maneira de atendê-las.

Pode participar da elaboração, adaptação e construção de instrumentos e técnicas psicológicas através da pesquisa, nas instituições acadêmicas, associações profissionais e outras entidades cientificamente reconhecidas.

Em 1980, integrantes de um grupo de psicólogos reunidos no Instituto Sedes Sapientiae, que fez um estudo assistemático sobre a profissão, lançaram uma chapa de oposição à direção do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo. Vencedora, a nova diretoria começava uma etapa distinta na história da entidade, que até então tivera uma condução corporativista e nenhuma participação social. Em seguida, será a vez do Conselho Regional de São Paulo ser ocupado por um grupo formado a partir do Sindicato. Estava clara a intenção de qualificar a inserção dos psicólogos na sociedade, e isto significava trabalhar para que os psicólogos estivessem mais presentes nos movimentos sociais, podendo colocar o conhecimento profissional a serviço de um vasto contingente populacional até então sem acesso à Psicologia.

Uma pesquisa do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, realizada pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (DIEESE) em 1981, concluiu que os psicólogos formavam uma categoria predominantemente feminina, composta por jovens graduadas, desde 1976, em escolas privadas. Além disto, era constituída fundamentalmente por autônomas, que trabalhavam poucas horas, principalmente na área clínica, e ganhavam pouco. Os poucos homens da categoria recebiam mais do que as mulheres. A presença da categoria no serviço público quase inexistia.

A partir de 1981, através de suas entidades, os psicólogos começam a ter uma participação efetiva no movimento sindical amplo, nos movimentos reivindicatórios da saúde e da educação; realizam Congressos para debater as questões da profissão, e Encontros para debater as questões sindicais. Vários sindicatos são criados em diferentes estados do Brasil.

Após anos realizando o Encontro Nacional das Entidades Sindicais de Psicólogos (I ENESP, 1981, em São Paulo; II ENESP, 1982, no Rio de Janeiro; entre 1983 e 1984, mais três ENESPs), constroem a Federação Nacional dos Psicólogos (1985).

Em 1983 o Sindicato de São Paulo se filia à CUT e os psicólogos vão ocupando pequenos espaços nesta entidade. Além disto, ampliam significativamente a participação no movimento da saúde, abraçando a luta antimanicomial. Enquanto a categoria aumenta a sua participação social, proliferam novos espaços para o debate da ciência e da profissão.

Nos primórdios dos anos 80, a revista *Psicologia Ciência e Profissão*, publicação do Conselho Federal, ainda não se reformulara (o que acontecerá em 1984) e apresentava somente artigos científicos, sintéticos relatos de pesquisas realizadas nas universidades. O interesse editorial concentrava-se na transmissão da produção científica: inexistiam artigos sobre a profissão, espaço para a exposição de temas polêmicos ou, mesmo, para a discussão de questões profissionais.

Os conceitos veiculados à época, quase em sua totalidade, revelam a prevalência de pesquisas embasadas pela Psicologia Comportamental: aprendizagem por observação, propriedades discriminativas e reforçadores do choque elétrico, comportamento exploratório, análise experimental do intercâmbio verbal adulto-criança e terapia comportamental. Conseqüentemente, na citada publicação, o fenômeno psicológico, ou o objeto da psicologia, confundia-se com comportamento verbal, desenvolvimento intelectual, cognitivo e afetivo, autoconceito e autoafirmação.

Em 1984, a revista começa a sofrer grandes modificações, gradativamente tornando-se expressão dos movimentos de inserção do psicólogo na realidade social —o que fará dela uma importante referência para a categoria.

O editorial da revista n° 1 daquele ano anunciava: “Os ventos da mudança social sopram entre nós, agitando não apenas a superfície dos acontecimentos... da realidade social que nos cerca” (*Psicologia Ciência e*

Profissão, 1984: 4). Esta nova linha editorial marca uma interação mais intensa da categoria com o momento histórico nacional.

Os artigos se mutam; passam a incluir relevantes questões sobre o papel do psicólogo na sociedade: a formação do psicólogo, os diferentes modelos de atuação, as entidades da categoria, o psicólogo como trabalhador, o conceito de atuação psicológica.

A partir do Seminário Internacional de Saúde, realizado em Cuba e relatado no *Jornal do Psicólogo* n.º 11/1984, aparece o termo Psicologia da Saúde. O psicólogo é, então, definido como “cientista ou profissional do psiquismo humano... força de trabalho que indiretamente produz mais valia” (JORNAL DO PSICÓLOGO, 1984b: I).

Mas este tipo de afirmação convive ainda com outras, tais como:

Psicólogo é o profissional habilitado para trabalhar com a personalidade humana, manifestações do comportamento desta personalidade... O ser humano se mantém numa continuidade de recuperar o equilíbrio. O ser humano vive em equilíbrio, e por isso a sociedade busca continuamente entrar em equilíbrio. À ruptura desse equilíbrio chamamos crise. Na maioria das vezes, mesmo quando o indivíduo está habituado a viver com conflitos, que a maioria dos seres humanos tem, ele não sente que precisa de uma ajuda efetiva. Quando o indivíduo rompe o equilíbrio anteriormente existente por um conflito novo, por uma situação estressante, quando ele não consegue sozinho encontrar um novo equilíbrio, tem um sofrimento tal qual seja a ansiedade, pânico ou depressão, e aí vai procurar o psicólogo (JORNAL DO PSICÓLOGO, 1984, ano 4, n.º 9).

Os boletins e jornais das entidades transformam questões sociais em temas recorrentes. A ousadia e a vontade de romper com o passado, nas publicações dos órgãos da categoria, eram grandes.

Paralelamente, enquanto aumenta, em tamanho e importância, a participação da categoria nas lutas da saúde, os psicólogos vão às ruas pelas “diretas já” e apoiam, através de documentos, os colegas de profissão da Nicarágua. Neste sentido, aprofundava-se também a crítica à Psicologia tradicional, considerada elitista e com pequena significação social. Buscar

práticas alternativas que garantissem a contribuição da categoria às camadas da população excluídas do atendimento psicológico por falta de recursos materiais emergia, na metade da década de 80, como uma vívida preocupação de muitos psicólogos.

Pondo em debate a tradicional formação do psicólogo, as publicações da categoria conclamavam a universidade a participar, como aliada, na busca de novas práticas.

O fenômeno psicológico assume, então, as feições de: motivação, emoção, afetividade, escolha, o “simbólico”, frustração, angústia, comunicação, relação, interiorização, problemas íntimos, ajustamento, angústia, identidade, sofrimento mental, alienação, ruptura, criatividade *etc...* É impressionante o aumento da diversidade de palavras utilizadas para *dar corpo* ao psicológico, incluindo termos de abordagens distintas, muitas fazendo referência clara à condição da maioria da população brasileira, pobre e trabalhadora.

Em 1985, a fala das entidades é de compromisso e luta ao lado da maioria da população. Uma parcela da categoria dos psicólogos ousou tomar uma posição política nessa direção; no entanto, não podemos esquecer que há sempre uma maioria silenciosa!...

Parte dos psicólogos dá um grande salto ao perceber que, para ampliar seu espaço e sua contribuição social, não basta o conhecimento das teorias psicológicas. Pelo contrário: é preciso perscrutar nossos instrumentos; pôr em xeque nossa visão de homem e de mundo; assumir a dimensão política de nossa atuação profissional e analisar, criticamente, o alcance de nossas intervenções.

Registro que, durante este processo de politização da categoria, os termos para designar o fenômeno psicológico continuam em franca mutação: agressividade, dificuldades individuais, dinâmica das relações, dinâmica da organização interna, alienação, consciência, violência, apropriação do espaço urbano, ajustamento, relação com os outros *etc*. Em 1987, já vamos encontrar: construção de noções e representações, aspecto

histórico na compreensão do comportamento, determinações sociais e históricas, compreensão do homem concreto...

Acompanhar as reformulações da Constituição, a reforma sanitária, a luta antimanicomial, os avanços e retrocessos na saúde mental, as greves no funcionalismo e a luta pelo dissídio coletivo passa a caracterizar a organização política dos psicólogos.

Os psicólogos buscam uma nova identidade; ousam reconstruir a imagem da profissão e o fazer psicológico. As publicações de então refletem essa busca.

Em 1989, um ano eleitoral no país (após 28 anos sem eleições presidenciais), realizou-se, no mês de setembro, em Brasília, o Congresso Unificado dos Psicólogos. Foi um encontro difícil, no qual 260 psicólogos, representando o conjunto dos profissionais da categoria, debateram acirradamente suas posições, e refletiu a divisão existente entre os sindicatos e os conselhos. O Congresso problematizou as estruturas organizativas da profissão —sindicatos e conselhos— e apontou à necessidade de rever os atuais rumos da categoria, visando a construir entidades não corporativas.

Estava dada a “largada” para um debate que ainda não terminou. A busca da nova imagem e da identidade, assim como o trabalho de reestruturação das entidades, continua.

As publicações, em especial *Psicologia Ciência e Profissão*, crescentemente refletem insatisfações com os tradicionais limites da profissão: aumentaram os artigos sobre populações carentes, ampliaram-se as dúvidas quanto à utilidade e ao valor do conhecimento psicológico para o trabalho com camadas sociais de baixa renda. Mais do que a organização burocrática da profissão, o próprio conhecimento da Psicologia está posto em questão. Os psicólogos entraram nos anos 90 com o firme propósito de responder às questões que os anos 80 lhes propuseram. Os Congressos Nacionais da Psicologia, em 1994 e 1996, se instituíram definitivamente como uma forma democrática dos psicólogos debaterem as questões da profissão.

Desta forma, a Psicologia como profissão de saúde, a prevenção e a promoção de saúde como tarefas básicas dos psicólogos são noções que, intensificadamente, ganham força, estreitando os laços entre Psicologia e Cidadania.

A subjetividade aparece em vários artigos e publicações parecendo acumular em torno dela um certo consenso sobre o fenômeno psicológico. Reelaboração da história e da vida, resgate da individualidade, inserção no contexto socioeconômico-cultural, construção da subjetividade, prevenção... passam a traduzir novos fenômenos psicológicos. Concomitantemente, as publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) pretendem rever as visões tradicionais da Psicologia e apontar tendências progressistas.

Em 1994, uma publicação do CFP (*Psicólogo Brasileiro —práticas emergentes e desafios para a formação*) fez a síntese das tendências da Psicologia: cada vez mais refutando uma concepção de fenômeno psicológico centrado no plano individual —na qual o indivíduo é visto como a histórico, isolado de seu contexto social—, caminha-se para uma compreensão que positivamente considera a interdependência entre homem e cultura. Desta forma, se busca integrar, à noção de fenômeno psicológico, aspectos de cunho social, cultural e político. Similarmente, recusando o modelo médico centrado numa noção de clínica que isola o indivíduo, descolando-o de sua realidade social, estamos passando a um modelo mais crítico de atuação em saúde, cujo eixo encontra-se colocado em um indivíduo que está imerso em realidades sociais históricas, dinâmicas e transitórias.

Infelizmente, não posso terminar este relato sem destacar que, apesar de todo o avanço da categoria, uma visão liberal de homem ainda domina as concepções de muitos de nossos profissionais.

O fenômeno psicológico, abstrato e universal, relacionado à ideia de uma natureza humana que, por ser natural, obedece a um desenvolvimento previsto, assim como a noção de um homem a histórico que se autodetermina estão aí, convivendo com o progresso expresso pelas publicações e pela organização dos psicólogos. Também aí se encontram a ideia da existência de

um eu verdadeiro e a fantasia onipotente de um profissional que crê poder trazer ao outro a felicidade, ajudando-o a descobrir o tal eu verdadeiro residente em cada um de nós. Sob tal prisma, o homem continua sendo pensado, por muitos de nós, psicólogos, como um ser cheio de potencialidades e autônomo, isolado do social. Enfim, um homem natural!

Há ainda muito a fazer para que a noção de homem histórico prevaleça dentro da psicologia. E esta tarefa tem sido, e deve continuar sendo, a tarefa básica da Psicologia Social enquanto área de conhecimento.

Referências bibliográficas

Jornal do Psicólogo, ano 4, n° 9, 1984a.

Jornal do Psicólogo, n° 11, 1984b.

Revista Psicologia Ciência e Profissão, n° 1, ano 4, 1984.